



Guilherme Cezário Godoy

**A situação dos Uigures na China: o papel do Partido Comunista Chinês e as
ações de Xi Jinping**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Paulo Wrobel

Segundo Leitor: Marcelo Cappucci

Rio de Janeiro

2023.2

“Há três métodos para ganhar sabedoria: primeiro, por reflexão, que é o mais nobre; segundo, por imitação, que é o mais fácil; e terceiro, por experiência, que é o mais amargo.”

Confúcio

Agradecimentos

Há vários anos venho imaginando como seria de fato começar a seção de agradecimentos no meu TCC. Além deste ser a concretização de uma jornada acadêmica, que meu caso, foi de fato uma jornada, pois entrei na faculdade em 2017 para me formar apenas em 2023, este pode ser considerado como o fim da etapa mais desafiadora da minha vida.

Durante a faculdade, passei por diversos acontecimentos, que, por mais difícil que eles tenham sido, seus resultados me transformaram em alguém mais forte, resiliente, cauteloso, e, de certa maneira, mais sábio também. Logo, pretendo começar agradecendo aos meus pais, Angela e Marcus, que sempre fizeram o possível e o impossível para me apoiar e garantir que eu conseguisse concluir meus estudos em uma universidade do porte da PUC-Rio. É preciso agradecer também à minha irmã Gabriela, filha da PUC, por todo o companheirismo e por ser a melhor irmã que alguém poderia ter, além de ser ela uma das grandes influências que fizeram escolher a PUC. Por causa deles, estou onde estou.

Preciso estender meus agradecimentos à minha namorada, Bruna, por sempre me ouvir, por ser um ombro no qual eu possa chorar, me abrir e ser eu mesmo. Bruna também é o motivo pelo qual eu tive forças o suficiente para chegar onde cheguei, em todos os aspectos da minha vida, sejam eles pessoais, profissionais ou acadêmicos. Minha gratidão por tudo que você fez por mim é eterna.

Também preciso agradecer a todos os meus amigos, dos quais em especial agradecer ao Duca, Caio e Lucas, meus melhores amigos que também compartilharam todos os sacrifícios e conquistas até agora. Sem eles, com certeza essa jornada teria sido bem mais difícil.

Aos meus amigos do colégio, os quais me conhecem desde 2009, gostaria de agradecer a todos pelo apoio e, principalmente ao André, Carlinhos, Vinicius e Pedro. Conseguimos formar mais um do DeMILIANOS.

Por fim, não poderia encerrar meus agradecimentos sem reconhecer toda a contribuição dos meus amigos de condomínio que literalmente cresceram comigo e são amizades que pretendo levar para minha vida toda, por serem muitos, gostaria de agradecer à todos em conjunto, mas preciso ressaltar principalmente Nathy, Pepe, Cadu e Bruno.

Por causa de todos vocês, isso foi possível. Obrigado!

Resumo

O presente artigo científico tem como objetivo analisar a atuação de Xi Jinping e do Partido Comunista da China (PCCh) em relação aos uigures de Xinjiang, território autônomo no noroeste da China, abordando o contexto histórico relacionado ao tema desde o início do império chinês e suas dinastias até a criação da República Popular da China, do Partido Comunista Chinês e a ascensão de Xi Jinping ao poder.

Para tal, serão destrinchados o surgimento do império chinês e suas dinastias, que moldaram o sistema e a cultura do país ao longo dos séculos. Esta análise enfoca o impacto que esses imperadores chineses tiveram na composição territorial e étnica, incluindo a presença do povo uigur na região de Xinjiang.

Em seguida, são discutidos os eventos que levaram ao estabelecimento da República da China, enfatizando o período crítico da guerra civil e a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCCh). Nesse contexto, a ideologia comunista do PCCh e seus objetivos políticos são apresentados.

Por fim, será analisado também o *modus operandi* de Xi Jinping e do PCCh em relação aos uigures em Xinjiang, região que dá lugar a um conflito étnico entre os uigures e os chineses, dadas as políticas e práticas adotadas pelo governo chinês na região, que consiste em sistemas de vigilância em massa, prisões arbitrárias, campos educacionais e restrições à cultura e religião uigur.

Esta pesquisa também examina as motivações e justificativas para tais ações do governo chinês, como a suposta prevenção do terrorismo e separatismo étnico em Xinjiang.

Ao longo do trabalho, é ressaltada a importância do debate sobre os direitos humanos, a liberdade religiosa e a preservação da diversidade cultural no contexto das políticas adotadas pelo governo chinês em relação aos uigures de Xinjiang.

Também busca-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada desse tema sensível e complexo, contextualizando-o dentro da história do império chinês, o surgimento do PCCh e a liderança de Xi Jinping.

Palavras-chave

China, Xinjiang, Uigures, PCCh

Abstract

The present scientific article aims to analyze the actions of Xi Jinping and the Communist Party of China (CPC) regarding the Uighurs in Xinjiang, an autonomous territory in northwest China, addressing the historical context related to the subject from the beginning of the Chinese empire and its dynasties to the establishment of the People's Republic of China, the Chinese Communist Party, and Xi Jinping's rise to power.

To achieve this, we will delve into the emergence of the Chinese empire and its dynasties, which shaped the country's system and culture over the centuries. This analysis focuses on the impact that these Chinese emperors had on the territorial and ethnic composition, including the presence of the Uighur people in the Xinjiang region.

Next, we discuss the events that led to the establishment of the Republic of China, emphasizing the critical period of the civil war and the rise of the Chinese Communist Party (CCP). In this context, the CCP's communist ideology and its political objectives are presented.

Finally, the *modus operandi* of Xi Jinping and the CPC regarding the Uighurs in Xinjiang will also be analyzed. This region is marked by an ethnic conflict between the Uighurs and the Chinese, given the policies and practices adopted by the Chinese government, including mass surveillance systems, arbitrary detentions, educational camps, and restrictions on Uighur culture and religion.

This research also examines the motivations and justifications for such actions by the Chinese government, such as the alleged prevention of terrorism and ethnic separatism in Xinjiang.

Throughout the work, the importance of the debate on human rights, religious freedom, and the preservation of cultural diversity is emphasized in the context of the policies adopted by the Chinese government regarding the Uighurs in Xinjiang. It also seeks to contribute to a deeper understanding of this sensitive and complex topic, contextualizing it within the history of China, the emergence of the CCP, and the leadership of Xi Jinping.

Key Words

China, Xinjiang, Uighurs, CPC

SUMÁRIO

Introdução	7
Justificativa:	10
Marco Teórico:	12
Metodologia:	14
Capítulo I: Do império chinês à República	15
Capítulo II: O PCCh e a ascensão de Xi Jinping	27
Capítulo III: A questão de Xinjiang.....	35
Conclusão.....	42
Bibliografia	45

Introdução

Em abril de 2023, uma notícia publicada no jornal Gazeta do Povo expôs uma situação muito delicada que ocorre no território chinês: o conflito interno entre os uigures, etnia chinesa oriunda de povos muçulmanos sunitas de língua turca que habitam o noroeste da China, na região autônoma de Xinjiang há diversos séculos, contendo cerca de 12 milhões de uigures.

Porém, infelizmente, este é um cenário que não veio a se desenvolver recentemente, ele se origina na dinastia manchú e foi intensificado a partir de uma posição ofensiva adotada pelo Partido Comunista Chinês contra sua própria população há décadas. Como resultado deste cenário, esta notícia é apenas mais um episódio desta longa história de discórdia entre o governo central chinês e a minoria uigur, que é constantemente atacada, encarcerada, agredida e reprimida na região.

A dinastia Manchú, também conhecida como dinastia Qing, foi a última dinastia imperial da China, que governou de 1644 a 1911. Originários da região da Manchúria, no nordeste da China, os manchus pertenciam a um grupo étnico diferente dos chineses Han, principal etnia chinesa.

Quando a dinastia Manchú conquistou a China e estabeleceu o governo imperial, eles adotaram uma política de dominação multicultural conhecida como "Governo dos Oito Bandeiras". Sob esse sistema, diferentes grupos étnicos, incluindo os manchus, mongóis, han e outros, eram classificados em oito categorias chamadas "bandeiras", a partir dessa estrutura administrativa, podemos ver uma influência na relação entre os manchus e os uigures.

Inicialmente, durante os primeiros anos da dinastia Qing, os uigures mantiveram uma certa autonomia em suas regiões, como a região de Xinjiang, onde historicamente viviam. No entanto, ao longo do tempo, a dinastia Manchú expandiu seu controle sobre as regiões fronteiriças, incluindo Xinjiang, e implementou políticas de sinização, que pode ser entendida como uma assimilação cultural:

“Os prováveis ancestrais dos uigures são tribos nômades da Mongólia que se fixaram na região. Por volta do século XVII, eles se converteram ao Islã e fundaram o Reino Islâmico Uigur do Turquestão Oriental. Tudo estava em paz, até a vizinha China se interessar pela área. O Império Manchú da dinastia Qing anexou a região pela primeira vez em 1759, mas perdeu o controle após levantes uigures.” (G1, 2009)

Durante o reinado da dinastia Qing, os uigures experimentaram diferentes formas de governo e políticas. Em algumas ocasiões, eles foram governados diretamente pela dinastia Manchu, enquanto em outras ocasiões eram governados por líderes locais uigures sob a supervisão do governo imperial. As políticas em relação aos uigures variaram ao longo dos séculos, com períodos de maior tolerância e período de repressão cultural e religiosa.

No século XIX, à medida que a dinastia Qing enfraquecia e enfrentava pressões externas e internas, as regiões fronteiriças, incluindo Xinjiang, se tornaram mais instáveis. Tal configuração levou a revoltas e conflitos, nos quais os uigures estiveram envolvidos tanto em lutas independentistas quanto em alianças com outros grupos étnicos. A dinastia Manchu adotou medidas repressivas em resposta a esses levantes, resultando em tensões adicionais entre os uigures e o governo central. Logo, podemos definir que os conflitos entre os uigures e a forma dominante de poder chinesa se iniciaram nessa época e se estendem até os dias de hoje.

Nesta mesma reportagem, podemos observar diversas denúncias relacionadas às condições às quais os prisioneiros são submetidos dentro destes campos de “reeducação” como são chamados pelo Partido Comunista, porém, ao analisarmos mais a estrutura destes campos e como eles operam, fica clara uma grande similaridade entre a “reeducação” chinesa e a “concentração” alemã testemunhada na Segunda Guerra Mundial.

O governo central chinês defende que os campos são necessários para combater o extremismo religioso e o separatismo, enquanto grupos de direitos humanos acusam a China de violar os direitos dos uigures, incluindo liberdade de religião, liberdade de expressão e liberdade de movimento.

Em 2017, a China intensificou a segurança em Xinjiang com o objetivo de combater o que considera “islamofobia” e “separatismo”. O governo implementou fortes medidas de segurança, incluindo o uso de tecnologias de reconhecimento facial, drones de vigilância e verificações de identidade. As medidas foram criticadas por grupos de direitos humanos, que dizem que tais medidas violam a privacidade dos cidadãos e discriminam os muçulmanos em Xinjiang, além de considerar tal ofensiva chinesa como uma tentativa de supressão da cultura e religião dos uigures chineses. Além disso, a China foi criticada por sua política religiosa em Xinjiang, uma vez que o governo proibiu certas práticas islâmicas, como o jejum durante o

Ramadã e o uso do lenço na cabeça, além de destruir mesquitas e santuários islâmicos.

De acordo com relatos de prisioneiros dos campos de “reeducação” em Xinjiang, são palcos para diversos abusos cometidos pelas autoridades chinesas, desde esterilização, abusos sexuais, choques, tortura, lavagem cerebral, submetendo os detidos, uigures, à condições subumanas de existência, não fornecendo qualquer infraestrutura ou direitos humanos para os mesmos.

O governo chinês justifica seu *modus operandi* no conflito contra os uigures baseando-se em uma posição de combate ao “separatismo” e “terrorismo” que a região de Xinjiang pode vir a sofrer como consequência de sua proximidade geográfica a países como Afeganistão, o qual a China compartilha uma pequena fronteira, Quirguistão, Tajiquistão e Paquistão, todos países notoriamente muçulmanos, como podemos ver no relatório “Silk Road Diplomacy”, elaborado pela Asia Society Policy Institute (p.44).

“Beijing wants to ensure stability at home by countering Uighur separatism in Xinjiang (Niquet, 2006), minimize the potential for terrorism from Afghanistan to spill across its borders, and project influence without antagonizing Moscow (Chen, 2015).”

Além disso, o mesmo relatório também expõe a relação entre a China e o Usbequistão neste processo de “proteção” da região autônoma de Xinjiang contra os perigos que a presença do Afeganistão e seus ideais radicais islâmicos, principalmente após o Talibã assumir a autoridade local, pode oferecer ao governo central chinês.

“Home to the region’s largest military, Uzbekistan is an important ally for Beijing to protect its BRI investments from spillover instability in Afghanistan and curb the spread of radical Islam that may incite further unrest in Xinjiang (Stein, 2012; CSS, 2018)”

Em resumo, a relação entre a China e os muçulmanos em Xinjiang não é pacífica, uma vez que existem diversos abusos cometidos pelo governo chinês, ocasionando em críticas por parte dos defensores dos direitos humanos e pelos ataques à liberdade religiosa. Esta situação continua a ser uma fonte de preocupação internacional, porém, não há de fato um movimento expressivo internacional para lidar com a questão.

Justificativa

A partir dos fatos supracitados, busca-se então uma justificativa para abordar o tema no âmbito das relações internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir da resolução 217 A III, define em seu Artigo 1 que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”, corroborado por seu Artigo 2 parágrafo 1 onde é exposto que:

“Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.” (Assembléia Geral das Nações Unidas, 1948)

Como podemos ver a partir da reportagem e dos relatos nela incluídos, o cenário atual em Xinjiang não é condizente com aquele proposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que não há uma igualdade de direitos, dignidade, liberdades de direitos entre os uigures, muito menos um cenário de não distinção de raça, religião e opinião política.

O cenário atual não pode ser configurado como um conflito entre duas forças uma vez que não há uma resistência sólida dos uigures contra os abusos chineses. Mas podemos classificar como uma clara perseguição de um governo contra a sua população, mesmo que pertencente a outra etnia e que predominantemente fala outra língua.

As declarações do Partido Comunista Chinês de que suas ações são justificadas a partir da existência de um movimento separatista e que busca a independência de Xinjiang são injustificadas, pois as ações tomadas contra os uigures são extremamente contra tudo aquilo pregado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A situação dos Uigures na China tem recebido uma crescente atenção internacional devido às graves violações de direitos humanos que têm sido reportadas. Essa situação torna-se ainda mais relevante ao considerar o papel do Partido Comunista Chinês (PCCh) e as ações específicas adotadas pelo presidente Xi Jinping.

Existem diversas que podem justificar a importância de uma pesquisa aprofundada sobre esse tema. Primeiramente, a violação dos direitos humanos dos uigures é uma questão de extrema gravidade que merece ser amplamente compreendida e divulgada. Relatos de detenções arbitrárias, campos de reeducação, vigilância em massa, restrições às práticas religiosas e outras formas de repressão têm levantado preocupações significativas sobre a proteção dos direitos fundamentais dos uigures, principalmente a partir do momento em que os executores destas violações são o próprio Estado via o PCCh

Em segundo lugar, entender o papel do PCCh na situação dos Uigures é crucial para uma análise abrangente. O PCCh exerce um controle amplo sobre a política, economia e sociedade chinesa, e suas políticas têm um impacto direto nas minorias étnicas, incluindo os uigures. Investigar como o PCCh molda as políticas em relação aos Uigures, incluindo seus objetivos políticos e econômicos, ajudará a esclarecer a dinâmica subjacente a essa questão.

Além disso, o estudo das ações específicas de Xi Jinping é de grande importância, uma vez que ele é o líder máximo do PCCh e exerce um poder significativo na formulação e implementação das políticas na China. Compreender as estratégias adotadas por Xi Jinping em relação aos Uigures e como elas se enquadram em sua abordagem política mais ampla permitirá uma análise mais precisa do papel do líder chinês na situação atual.

Esta pesquisa também tem relevância internacional, pois a questão dos uigures tem gerado preocupações e debates em diferentes partes do mundo. O papel das organizações internacionais, governos e sociedade civil no enfrentamento dessa situação é um aspecto importante a ser considerado, e compreender como as ações do PCCh e de Xi Jinping afetam a resposta internacional é fundamental para buscar soluções efetivas.

Portanto, um estudo aprofundado sobre a situação dos uigures na China, relacionando com o PCC e as ações de Xi Jinping, contribuirá para o acúmulo de conhecimento sobre essa questão urgente e complexa. Além disso, fornecerá informações valiosas para a defesa dos direitos humanos e a formulação de políticas internacionais mais eficazes diante dessa situação preocupante.

Marco Teórico

Os uigures, minoria étnica muçulmana de língua turca localizada na província autônoma de Xinjiang, noroeste da China, vêm sofrendo uma série de perseguições e violações de direitos humanos por parte do Partido Comunista Chinês. Vale ressaltar que os uigures não possuem uma identidade chinesa, não se identificam com a cultura, etnia ou religião chinesa, uma vez que foram anexados durante o império chinês, sendo os uigures vítimas de encarceramento, torturas, esterilização e vigilância. Ou seja, a identidade cultural e religiosa dos uigures, sua herança cultural e religiosa, com ênfase no Islã e na preservação de sua identidade étnica é totalmente diferente das tradições chinesas han.

Xinjiang se apresenta como uma região de interesse para a China desde os tempos da Rota da Seda, uma vez que nela são encontrados gás natural, petróleo, produção de semicondutores e agricultura com foco na produção de algodão para a indústria têxtil, onde são produzidos cerca de um quinto do algodão mundial (GALACHE, 2022).

Ou seja, a questão dos uigures se apresenta como um assunto de relevância tanto nacional, visto o interesse chinês na região, relacionado à questões comerciais, econômicas e culturais, quanto em nível internacional, a partir dos relatórios expostos por organizações como Anistia Internacional e Organização das Nações Unidas sobre as violações de direitos humanos na região de Xinjiang, principalmente aquelas relacionados os Artigo 1º e Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versam sobre a igualdade de direitos independente de cor, raça ou etnia.

Tais violações podem ser comprovadas a partir das detenções arbitrárias, restrições à liberdade religiosa e cultural, vigilância em massa e outras práticas discriminatórias aplicadas pelo Partido Comunista Chinês, o que expõe a grande problemática acerca da questão.

Há, portanto, um grande conflito no âmbito das questões envolvendo o nacionalismo chinês e a identidade étnica dos uigures, o que influencia as políticas governamentais do PCCh, havendo, portanto, um plano em execução de unificação étnica de ambos os povos baseado em tradições Han, a maioria étnica no país. Logo, podemos caracterizar este movimento como uma clara investida contra os direitos e a autonomia dos uigures.

A partir dos conceitos de Achille Mbembe, em seu livro “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, principalmente o conceito de controle de corpos e biopoder, este último, a partir de uma contribuição de Foucault, podemos entender a necropolítica como “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018). Podemos entender o conceito também a partir da visão de que governos, neste caso, o chinês, promovem políticas que restringem certas pessoas (uigures) à condições mínimas de sobrevivência, a partir do controle de corpos via vigilância, encarceramento e outras práticas discriminatórias.

Para corroborar com a discussão teórica, podemos usar o conceito de identidade de Celso José Martinazzo, em sua publicação “Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária” que define o termo como “um traço característico de cada ser que permite distinguir um indivíduo de outro, um grupo de outros grupos ou ainda uma civilização de outra” (MARTINAZZO, 2010). A definição de identidade vai nos auxiliar principalmente a partir das ações de Xi Jinping de criação de uma identidade única na China, baseada nas tradições Han, e como tal movimento afeta a própria identidade dos uigures.

Além disso, o presente trabalho também pretende analisar as reações internacionais principalmente das organizações de defesa dos direitos humanos como a Human Rights Watch e a Anistia Internacional, mas também de países como um todo, abordando também a questão de uma falta de reação internacional por parte de países muçulmanos, que aparentemente viram as costas para o que ocorre em Xinjiang. Tal falta de empatia ou ação talvez possa ser explicada a partir da posição da China como grande player internacional no contexto da Ásia e do Oriente Médio, sendo ela a principal parceira comercial da maioria dos países nessa região.

Em suma, a metodologia do presente trabalho pode ser caracterizada a partir de uma análise das ações do PCCh frente aos uigures sob a visão da política de controle de corpos e a necropolítica de Achille Mbembe. Além de analisar as reações internacionais, as motivações do PCCh para continuar atuando em Xinjiang e o movimento de Xi Jinping de criação de uma identidade única chinesa, onde usaremos os conceitos de Martinazzo sobre identidade para discorrer sobre esta questão.

Metodologia

O presente trabalho tem como objetivo investigar a situação dos uigures na China, analisando o papel do Partido Comunista Chinês (PCCh) e as ações específicas adotadas pelo presidente Xi Jinping no contexto do conflito.

Para isso, algumas perguntas devem ser respondidas, entre elas: como o PCCh tem influenciado a situação dos Uigures na China? Quais são as principais ações adotadas por Xi Jinping em relação aos Uigures? Qual é o impacto das políticas e ações do PCC e de Xi Jinping na situação dos Uigures?

A pesquisa será de natureza exploratória e descritiva, utilizando uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

Também serão utilizados documentos governamentais, discursos oficiais e políticas públicas relacionadas aos Uigures, emitidos pelo governo chinês e pelo PCCh, para exposição do ponto de vista do PCCh a partir de fontes primárias em relação às minorias afetadas por essa questão.

Fontes secundárias também serão utilizadas para uma revisão sistemática da literatura para coletar informações sobre a situação dos Uigures, o PCCh, Xi Jinping e as políticas adotadas em relação aos Uigures.

Finalmente, a partir de relatórios internacionais elaborados por organizações internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, para obter dados e informações sobre violações de direitos humanos e a situação dos uigures.

A partir da coleta de dados estatísticos disponíveis sobre a situação dos uigures, como números de detenções, campos de reeducação e restrições religiosas, será possível também identificar tendências e padrões quantitativos.

O presente trabalho reconhece que há uma disponibilidade limitada de dados oficiais cedidos pelo Partido Comunista Chinês, além da existência de uma sensibilidade em relação ao assunto, o que pode influenciar na qualidade dos dados obtidos, principalmente relacionado às fontes primárias.

Capítulo 1 - Do surgimento do império chinês à República Popular da China

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma revisão de toda a história da China, abordando o desenvolvimento do império chinês e suas dinastias até o surgimento da República Popular da China. Com o objetivo de estruturarmos a linha do tempo das dinastias chinesas, vamos utilizar como referência a publicação do Weatherhead East Asian Institute da Columbia University.

Para entendermos melhor a dinâmica da sociedade chinesa no período imperial e moderno, é imprescindível ressaltar também a contribuição de Confúcio para essa dinâmica, servindo de base ideológica e influente em praticamente todas as dinastias do império chinês.

Confúcio, também conhecido como Mestre Kong, foi um filósofo e pensador chinês que viveu no período conhecido como a Era dos Reinos Combatentes (476-221 a.C.). Sua filosofia, conhecida como confucianismo, exerceu uma profunda influência sobre a sociedade chinesa, incluindo o império e suas dinastias subsequentes, sendo ela focada em exaltar tradições e o conservadorismo.

Confúcio acreditava que a harmonia e a ordem social poderiam ser alcançadas através da prática de valores éticos e morais, como a retidão, o respeito filial, a sabedoria e a lealdade. Ele defendia a importância do auto aperfeiçoamento individual e do respeito pelas hierarquias sociais e familiares como fundamentais para a estabilidade e o bem-estar da sociedade.

Durante o período imperial chinês, a filosofia de Confúcio foi adotada como a ideologia oficial do Estado e influenciou profundamente o pensamento e a prática política das dinastias que governaram a China, onde podemos ressaltar a dinastia Qin como uma das principais a dominarem o império.

A Dinastia Qin (221-206 a.C.) foi um ponto crítico na história da China, sendo ela a primeira dinastia imperial chinesa que atuou supervisionando a unificação dos antigos reinos e estados em um único império civilizado.

Durante o reinado do imperador Qin Shi Huang, a China foi dividida em regiões administrativas, o texto, o dinheiro e o equilíbrio foram regulamentados, além do início da construção da Grande Muralha, estrutura defensiva que tinha o objetivo de proteger o império de invasões estrangeiras e garantir a segurança e estabilidade internas, além de outras grandes obras públicas. Foram realizadas uma

série de reformas drásticas e inovadoras, estabelecendo uma estrutura política, administrativa e cultural que moldou profundamente a história da China.

A expansão territorial da China veio através de campanhas militares e da conquista de estados vizinhos como Han, Zhao e Yan, o que permitiu à China expandir seu território para o norte e o oeste.

Durante o período Qin, várias políticas e medidas foram implementadas para fortalecer o governo central e consolidar o poder do imperador. O principal exemplo disso foi a padronização da escrita, moeda, pesos e medidas, além da construção de uma ampla rede de estradas e canais, com o objetivo de facilitar o comércio, promover a unificação cultural e melhorar a governança imperial.

No entanto, o governo autoritário e centralizado da dinastia Qin também levou a uma série de revoltas e descontentamento entre a população. A rigidez e crueldade do regime Qin, como o trabalho forçado na construção de projetos monumentais e a repressão intelectual, resultaram em resistência popular e insatisfação generalizada.

Apesar de seu curto reinado, a dinastia Qin teve um impacto duradouro na história chinesa. A unificação do império, as reformas administrativas e a padronização cultural estabelecidas pelos Qin forneceram as bases para o governo imperial subsequente.

Além disso, a Grande Muralha e outros projetos de engenharia deixaram um legado arquitetônico impressionante e simbólico. No entanto, a dinastia Qin também é lembrada como um período de opressão e excessos, o que contribuiu para sua queda e a subsequente ascensão da dinastia Han.

A dinastia Han (206 a.C. - 220 d.C.) sucedeu a dinastia Qin e marcou um período de prosperidade e expansão para a China. Nesse período, a China expandiu seu território para o sul e sudoeste, conectando áreas habitadas por diferentes grupos étnicos. Além disso, a Dinastia Han foi a responsável pelo estabelecimento da Rota da Seda, uma rede comercial da China ao Mediterrâneo, promovendo o comércio e o intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente. Essa expansão territorial fortaleceu o império chinês e aumentou sua influência na região.

O confucionismo desempenhou um papel central na consolidação e no governo do império Han. O imperador Wu, da dinastia Han, adotou o confucionismo como a doutrina oficial do Estado e promoveu o estudo dos Clássicos Confucianos nas escolas. Os valores confucianos, como a lealdade, a retidão e o respeito filial,

foram enfatizados na administração do império e na seleção de funcionários públicos.

A dinastia Han é frequentemente dividida em duas partes: Han Ocidental (206 a.C. - 9 d.C.) e Han Oriental (25-220 d.C.). Durante o Han Ocidental, o imperador Wu consolidou e expandiu o império, conduzindo várias campanhas militares para anexar territórios vizinhos e estabelecendo relações comerciais e diplomáticas com outras nações. Ele também implementou políticas agrícolas e de reforma que aumentaram a produção de alimentos e estimularam o crescimento econômico.

Durante o Han Oriental, a China testemunhou um florescimento da cultura, arte, literatura e filosofia. O confucionismo tornou-se a ideologia dominante, influenciando fortemente a estrutura social e o sistema educacional. O comércio floresceu ao longo da Rota da Seda, estabelecendo uma importante conexão entre a China e as civilizações ocidentais.

A dinastia Han também viu avanços significativos em várias áreas. A invenção do papel e da impressão em blocos de madeira promoveu a disseminação do conhecimento e o desenvolvimento da literatura. A medicina tradicional chinesa começou a se formar, com a compilação de tratados médicos e a utilização de técnicas como a acupuntura. Além disso, a construção de projetos de engenharia notáveis, como canais e estradas, contribuiu para o desenvolvimento e a conectividade do império.

No entanto, a dinastia Han também enfrentou desafios internos e externos. Rebeliões e corrupção governamental minaram a estabilidade interna, enquanto as ameaças de invasão dos nômades do norte levaram a confrontos militares constantes. Esses fatores, combinados com crises econômicas e tensões políticas, eventualmente levaram ao declínio da dinastia Han e à fragmentação do império.

Apesar disso, o período Han deixou um legado duradouro na história chinesa. Seu governo centralizado, sistema burocrático e influência cultural estabeleceram as bases para as dinastias subsequentes. A cultura e os valores han continuaram a moldar a sociedade chinesa por séculos, influenciando profundamente a identidade e o pensamento chinês. Após a dinastia Han, o comando da China foi segmentado entre a Dinastia Wei e a Dinastia Jin Oriental.

A dinastia Wei, também conhecida como dinastia Wei do Norte (386-534 d.C.), foi uma das dinastias que governou a China durante o Período dos Dezesesseis

Reinos. A dinastia Wei emergiu no norte da China, enquanto o sul estava sob o domínio da dinastia Jin Oriental.

A dinastia Wei foi fundada por Wei Wudi, também conhecido como Tuoba Gui, líder tribal de origem não chinesa chamado Xianbei. Durante seu reinado, Wei Wudi expandiu seu domínio e consolidou seu controle sobre vastas áreas do norte da China.

A dinastia Wei do Norte foi caracterizada por uma combinação de governança baseada em nomadismo e influências chinesas. Eles adotaram elementos da cultura chinesa, como a língua, a administração e o sistema legal, ao mesmo tempo em que mantinham algumas práticas e costumes de suas origens não chinesas.

Durante o período da dinastia Wei, ocorreu uma importante transformação cultural, conhecida como sinização. A elite Wei adotou a língua chinesa, promoveu a literatura e a educação chinesa e patrocinou o budismo como uma das principais religiões. Essa fusão de culturas desempenhou um papel significativo na formação da identidade chinesa e na integração das populações não chinesas em sua sociedade.

No entanto, a dinastia Wei também enfrentou desafios internos e externos. Internamente, a elite Wei estava dividida por facções políticas e lutas de poder. Externamente, a dinastia enfrentava ameaças de outros reinos e dinastias, como a dinastia Jin Oriental e os invasores nômades do norte, como os Xiongnu e os Rouran.

Em 534 d.C., a dinastia Wei foi derrotada pelas forças da dinastia Wei do Oeste, liderada por Yuwen Tai. Isso levou à fundação da dinastia Wei do Oeste, que governou brevemente antes de ser sucedida pela dinastia Sui, que reunificou a China.

Embora a dinastia Wei tenha sido relativamente curta em duração, ela deixou um impacto significativo na história chinesa. Sua sinização contribuiu para a integração de grupos étnicos não chineses na sociedade chinesa, enquanto sua governança e administração estabeleceram um precedente para dinastias posteriores.

Ao mesmo tempo, a dinastia Jin Oriental (317-420 d.C.) foi uma das dinastias mais importantes durante o período conhecido como Dinastias do Norte e do Sul na

China. A dinastia Jin Oriental foi fundada por Sima Rui, que tomou o título de Imperador Yuan.

Durante o início do período Jin Oriental, a China estava dividida em várias dinastias e reinos rivais. Sima Rui unificou as terras do sul da China e estabeleceu sua capital em Jiankang (atual Nanjing), tornando-se o primeiro imperador da dinastia Jin Oriental.

A dinastia Jin Oriental enfrentou uma série de desafios durante seu reinado. Eles tiveram que lidar com ameaças externas dos povos nômades do norte, como os Xiongnu e os Xianbei, que frequentemente invadiam as fronteiras da China. Essas invasões resultaram em conflitos militares constantes e na necessidade de fortalecer as defesas do reino.

Internamente, a dinastia Jin Oriental enfrentou instabilidade política e disputas de poder entre diferentes facções, o que enfraqueceu o governo central e tornou difícil manter a unidade e a estabilidade.

Além dos desafios militares e políticos, a dinastia Jin Oriental também testemunhou o florescimento da cultura e da arte. Durante esse período, a literatura, a pintura e a música prosperaram, com notáveis avanços na poesia e na caligrafia.

No entanto, a dinastia Jin Oriental entrou em declínio no final do século IV d.C. Em 420 d.C., o imperador Fu Jian da dinastia Qin Posterior conseguiu conquistar a capital Jiankang, colocando um fim à dinastia Jin Oriental. O colapso da dinastia Jin Oriental levou a um novo período de fragmentação política na China, com vários reinos lutando pelo controle do país.

Apesar do seu fim, a dinastia Jin Oriental deixou um legado significativo. Seu governo centralizado e suas contribuições culturais influenciaram o desenvolvimento posterior da China. Além disso, a divisão entre as dinastias do norte e do sul durante esse período estabeleceu uma importante dinâmica política e social que moldou a história chinesa.

Após o fim da dinastia Jin, a China presenciou um período de forte fragmentação do governo chinês, sendo divididas em Dinastia do Sul e do Norte, além da dinastia Sui, que as sucedeu.

As Dinastias do Sul e do Norte (420-589 d.C.) foram um período na história chinesa em que a China estava dividida entre governos rivais no sul e no norte do país. A Dinastia Liu Song foi a primeira dinastia a governar o sul da China, e ela foi

sucedida por várias outras dinastias do sul, incluindo a Dinastia Qi do Sul, a Dinastia Liang e a Dinastia Chen.

Durante esse período, houve intensos conflitos militares e rivalidades entre as dinastias do sul e do norte. A divisão geográfica e cultural tornou-se mais pronunciada, com o sul sendo influenciado principalmente pela cultura chinesa tradicional e o norte mantendo uma mistura de culturas chinesa e não chinesa.

Enquanto isso, no norte, as dinastias enfrentavam instabilidade política e lutas internas pelo poder, além de constantes ameaças dos povos nômades. Embora tenham surgido líderes fortes em algumas dinastias do norte, como a Dinastia Wei do Norte sob o governo de Tuoba Gui, a fragmentação política acabou levando ao enfraquecimento geral dessas dinastias.

No final das Dinastias do Sul e do Norte, a China foi reunificada sob a Dinastia Sui (581-618 d.C.).

A Dinastia Sui foi fundada por Yang Jian, que se proclamou imperador Wen. A dinastia Sui trouxe um breve período de unificação e centralização do governo na China. O imperador Wen implementou reformas políticas, econômicas e legais, incluindo a padronização de pesos e medidas, a construção de canais e a reforma do sistema de tributação.

Apesar dos avanços e realizações da Dinastia Sui, ela foi marcada por uma governança autoritária e pesadas cargas impostas à população. Essas condições levaram a revoltas populares e à insatisfação generalizada. Em 618 d.C., a dinastia Sui foi derrubada pela rebelião liderada por Li Yuan, que estabeleceu a Dinastia Tang, uma das dinastias mais prósperas e influentes da história chinesa.

Em suma, as Dinastias do Sul e do Norte representaram um período de divisão e rivalidade na China, com governos independentes no sul e no norte. A Dinastia Sui posteriormente unificou o país, estabelecendo a base para a próxima era de governança centralizada sob a Dinastia Tang.

A dinastia Tang (618-906) foi um período de expansão chinesa. Durante este período, o império chinês expandiu-se para a parte ocidental da Ásia Central, incluindo a Bacia de Tarim e a região de Xinjiang.

Por meio de campanhas militares bem-sucedidas, a China conquistou importantes rotas comerciais e importantes cidades ao longo da Rota da Seda, expandindo sua influência econômica e política na região. A expansão territorial da

China sob a dinastia Tang também permitiu que o budismo e outras influências culturais chinesas se espalhassem para o oeste.

Durante a dinastia Tang, o confucionismo foi combinado com o budismo e o taoísmo para formar a chamada "Tríade do Pensamento". Os imperadores tang incentivaram o estudo dos Clássicos Confucianos e adotaram políticas baseadas nos princípios confucianos de governo benevolente e meritocracia.

A dinastia Song (960-1279), que sucedeu a Tang, marcou um período de intensa promoção do confucionismo como a filosofia dominante. A escola neo-confuciana, liderada por estudiosos como Zhu Xi, emergiu durante essa época. Zhu Xi desenvolveu uma interpretação mais sistemática e abrangente do confucianismo, enfatizando a importância da autorreflexão e da busca pela harmonia entre o céu, a terra e a humanidade. A dinastia foi dividida em duas fases, a Dinastia Song do Norte e a Dinastia Song do Sul, onde podemos citar diversos avanços em questões culturais, tecnológicos e prosperidade econômica na China.

Como resultado, são notáveis os avanços em questões relacionadas à metalurgia, agricultura, arquitetura, medicina e engenharia, além da invenção da pólvora e da bússola, ambos produtos revolucionários na história da humanidade.

A dinastia Yuan (1279-1368 d.C.) foi a seguinte na linha do tempo das dinastias chinesas, sendo ela considerada uma das mais importantes da história da China pois foi estabelecido o controle do império mongol sob a China, sendo ela a primeira dinastia estrangeira a tomar a governar a China em sua totalidade.

Estabelecida por Kublai Khan, neto de Genghis Khan, a dinastia conseguiu unificar as várias tribos mongóis e expandir seu império, que incluiu não apenas a China, mas também partes da Ásia Central e do Oriente Médio, estabelecendo sua capital em Pequim, conhecida como Khanbaliq.

Durante o reinado dos imperadores Yuan, a China experimentou uma série de mudanças significativas. Uma das principais características do governo Yuan foi a adoção de políticas e instituições administrativas mongóis, embora também tenham mantido elementos da burocracia chinesa. Kublai Khan incentivou a assimilação entre os mongóis e os chineses, mas a sociedade chinesa era considerada inferior e subjugada, onde podemos traçar uma semelhança com o comportamento da China de Xi Jinping com os uigures muçulmanos.

Foi durante a dinastia Yuan que a China anexou Xinjiang, cuja tradução significa novos territórios, dando início a uma relação conturbada entre os uigures e o governo chinês, independente da época.

A expansão territorial em Xinjiang era estratégica para os mongóis, já que a região era um centro de comércio e intercâmbio cultural ao longo da Rota da Seda. Os mongóis estabeleceram rotas comerciais seguras e promoveram o desenvolvimento econômico de Xinjiang, tornando-se um importante elo entre a China e o mundo ocidental. Essa expansão permitiu que os mongóis controlassem e monitorassem o fornecimento de bens valiosos, como seda, especiarias e produtos manufaturados.

Embora os mongóis tenham ajudado a trazer Xinjiang para o império chinês, seu governo também deixou uma marca de brutalidade e autoritarismo. Essas questões históricas ainda afetam a relação entre o governo chinês e o povo uigur, levando a protestos, protestos e debates contínuos sobre a liberdade e os direitos do povo uigure em Xinjiang.

No viés econômico, a dinastia Yuan promoveu o comércio e a expansão das rotas comerciais, incluindo a famosa Rota da Seda. Além disso, a introdução de moeda de papel facilitou as transações comerciais, mas também levou a uma inflação significativa.

A cultura mongol exerceu uma influência expressiva durante a dinastia Yuan. Houve uma mistura de tradições culturais mongóis, chinesas e de outros grupos étnicos. Enquanto as tradições chinesas, como a pintura, a poesia e a caligrafia, continuaram a florescer, a cultura mongol também foi promovida e apreciada.

No entanto, a dinastia Yuan enfrentou vários desafios e tensões internas, o que podemos entender como normal ao analisarmos a conjuntura das dinastias chinesas. A resistência por parte dos chineses Han aumentou, levando a revoltas e rebeliões em várias partes do país. Concomitantemente, a corrupção e a má gestão governamental enfraqueceram a dinastia.

Finalmente, a dinastia Yuan foi derrubada pela rebelião liderada por Zhu Yuanzhang, que estabeleceu a dinastia Ming e restaurou o governo chinês Han em 1368 d.C.

A Dinastia Ming (1368-1644 d.C.) foi uma das dinastias mais conhecidas e influentes da história chinesa. Ela foi estabelecida após a queda da dinastia Yuan e durou quase três séculos.

A fundação da dinastia Ming ocorreu em 1368, liderada por Zhu Yuanzhang, também conhecido como Imperador Hongwu. Zhu Yuanzhang era um camponês que se tornou líder rebelde durante a rebelião contra a dinastia Yuan. Ele estabeleceu sua capital em Nanquim e implementou uma série de reformas radicais para consolidar seu poder e estabilizar o país.

Durante o início da dinastia, o Imperador Hongwu implementou reformas agrárias, reduziu a carga tributária sobre os camponeses e fortaleceu o poder centralizado do governo. Ele também iniciou uma política de isolamento, cortando os laços comerciais e diplomáticos com o exterior, o que levou a um período de autossuficiência econômica.

A Dinastia Ming testemunhou um período de estabilidade e prosperidade, com avanços em áreas como agricultura, artesanato, comércio e tecnologia, onde houve também um crescimento econômico significativo como consequência, além do desenvolvimento do comércio marítimo e a expansão das rotas comerciais.

Durante o reinado do Imperador Yongle, a capital foi transferida para Pequim, onde foi construída a Cidade Proibida, um complexo palaciano que se tornou um símbolo até os dias de hoje do poder imperial. Foi também durante o reinado de Yongle que ocorreu a conclusão da construção da Grande Muralha da China, uma das mais icônicas estruturas do país.

No entanto, a dinastia também enfrentou desafios e crises. Houve conflitos com os povos nômades do norte, como os mongóis, que resultaram em incursões e tensões fronteiriças. Além disso, o final da dinastia foi marcado por problemas financeiros, corrupção governamental e revoltas populares.

Em 1644, a dinastia Ming chegou ao fim com a invasão dos Manchus, um povo nômade do nordeste da China, que estabeleceu a dinastia Qing. O último imperador Ming se suicidou, encerrando assim a dinastia.

A Dinastia Qing (1644-1912) foi a última dinastia imperial da China, estabelecida pelos manchus, um povo do nordeste da Ásia. Essa dinastia foi precedida pela dinastia Ming e marcou uma importante transição na história chinesa.

Sob o governo Qing, a China experimentou um período de expansão territorial significativa, estendendo seu domínio para a Mongólia, Tibete e partes da Ásia Central, além de atuarem significativamente em Xinjiang, onde os uigures tiveram uma relação complexa com o governo imperial.

No início da dinastia Qing, a região de Xinjiang foi conquistada pelos manchus, o grupo étnico que estabeleceu a dinastia. Os manchus implantaram um sistema de governo centralizado e nomearam governadores militares para administrar a região. Nesse período, os uigures não tiveram uma autonomia política significativa, onde também enfrentaram várias políticas opressivas e assimilação cultural forçada, onde podemos traçar mais um paralelo com o contexto atual.

Os governantes Qing impuseram restrições religiosas e tentaram suprimir a cultura e a língua uigur. Aos uigures foi negado o acesso a posições de poder e influência política, o que resultou em descontentamento e revoltas ocasionais.

No entanto, ao longo dos séculos, os Qing também buscaram estabelecer uma administração estável em Xinjiang e fomentar a paz e a prosperidade na região. Além disso, foram estabelecidas políticas de colonização, incentivando a imigração de chineses han para Xinjiang. Essa migração e a presença militar chinesa levaram a uma mudança demográfica na região, com os uigures gradualmente se tornando uma minoria em seu próprio território, novamente, podemos traçar mais uma semelhança com o modus operandi atual do Partido Comunista Chinês, que incentiva a migração de chineses han para a região com o mesmo objetivo.

A administração Qing foi caracterizada por um sistema político centralizado e uma estrutura social rígida. Os manchus ocupavam a classe dominante, enquanto os chineses han, a maioria étnica da China, ocupavam uma posição inferior na estrutura social.

Os Qing implementaram várias reformas para consolidar seu poder e governar efetivamente o vasto império. Uma dessas reformas foi o estabelecimento do sistema de exame imperial, que selecionava funcionários governamentais com base em seus conhecimentos acadêmicos dos clássicos confucianos. Isso contribuiu para a estabilidade do governo Qing, mas também reforçou a hierarquia social existente.

Durante o governo Qing, a China experimentou um período de relativa paz e estabilidade, conhecido como "Paz Qing" ou "Pax Manjuriana". A economia chinesa prosperou, com um crescimento significativo do comércio e da agricultura.

No entanto, a dinastia Qing também enfrentou vários desafios. Houve rebeliões internas, como a Revolta dos Três Feudatários, que ameaçaram a estabilidade do governo. Além disso, a pressão das potências ocidentais aumentou

durante o século XIX, levando a conflitos e guerras, como as Guerras do Ópio, que resultaram em derrotas militares para a China e a imposição de tratados desfavoráveis.

No final do século XIX, a insatisfação com a dinastia Qing cresceu, e movimentos de reforma e revolucionários começaram a ganhar força. A Revolução de 1911, também conhecida como a Revolução Xinhai, levou ao colapso do governo Qing e ao estabelecimento da República da China.

Em suma, a história da China é marcada pelas dinastias que governaram o vasto território da China durante séculos. Esses governos não apenas estabeleceram e fortaleceram o poder político, mas também queriam expandir o território da China, aumentando sua influência e controle sobre as regiões vizinhas. Neste capítulo, examinaremos a expansão do território da China através das grandes dinastias que governaram o império chinês.

Finalmente, vamos abordar como a criação do movimento republicano ganhou força na China no final do século XIX e início do século XX.

Influenciados pelas ideias ocidentais de democracia e nacionalismo, estudiosos e líderes chineses começaram a defender a substituição do sistema imperial por uma forma republicana de governo.

No final do século XIX, surgiu um movimento reformista na China, conhecido como Movimento de Autotransformação, liderado por intelectuais chineses que reconheciam a necessidade de modernização e reforma para fortalecer o país.

Esses reformistas buscavam ideias e princípios ocidentais, como a democracia, a igualdade e os direitos individuais, como base para a transformação da sociedade chinesa. Figuras como Sun Yat-sen, conhecido como o pai da revolução chinesa, desempenharam um papel importante na promoção dessas ideias.

Podendo ser considerado o estopim para o estabelecimento da República, a Revolução de 1911, também conhecida como a Revolução Xinhai, liderada por Sun Yat-sen e seu partido, o Kuomintang (KMT), a revolução derrubou a dinastia Qing e estabeleceu a República da China. O movimento ganhou apoio tanto de militares quanto de civis, e seu objetivo era acabar com o governo imperial e estabelecer um sistema republicano baseado em princípios democráticos.

Após a queda da dinastia Qing, um governo provisório foi estabelecido com Sun Yat-sen como o primeiro presidente provisório da República da China. O

governo provisório enfrentou desafios significativos, como a fragmentação política e a oposição de forças locais e regionais.

Após a Revolução de 1911, a China mergulhou em um período de instabilidade conhecido como a Era dos Senhores da Guerra. Diversos líderes militares locais e regionais se aproveitaram do vácuo de poder e estabeleceram seus próprios domínios, gerando conflitos e fragmentação política em todo o país. Essa fragmentação enfraqueceu a autoridade central do governo republicano e dificultou a consolidação do poder em nível nacional.

Na década de 1920, Chiang Kai-shek emergiu como líder do Kuomintang e deu início ao processo de reunificação do país. Ele buscou consolidar o poder central, derrotar os senhores da guerra regionais e estabelecer uma governança mais forte. No entanto, o Kuomintang também enfrentou desafios internos, incluindo disputas internas e tensões com outros grupos políticos, como os comunistas.

O Movimento de 4 de Maio de 1919 foi um importante marco na luta pela democratização e modernização da China. Desencadeado pela reação popular às concessões territoriais feitas pela China na Conferência de Paz de Paris, o movimento exigiu reformas políticas, sociais e culturais. Foi um momento crucial de despertar intelectual e ativismo que ajudou a impulsionar a busca por uma governança mais democrática e participativa.

A República da China enfrentou uma série de desafios internos e externos ao longo das décadas seguintes, incluindo a guerra civil contra os comunistas, as invasões japonesas durante a Segunda Guerra Mundial e a subsequente guerra civil entre o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês. Esses conflitos levaram à separação do território continental, com o estabelecimento da República Popular da China no continente e a retirada do governo do Kuomintang para a ilha de Taiwan.

Em suma, o estabelecimento da República na China foi um processo complexo e tumultuado que envolveu a queda da dinastia Qing, a Revolução de 1911, a fragmentação política, a reunificação sob o Kuomintang e os desafios enfrentados durante o século XX. A transição para a República marcou uma tentativa de modernização política e social e um esforço para estabelecer uma governança mais democrática na China.

Capítulo II: Das origens do Partido Comunista Chinês à ascensão de Xi Jinping

A partir da vasta exposição do capítulo anterior, podemos agora focar a discussão em relação à ascensão do Partido Comunista Chinês ao poder, desde sua formação até a atualidade, sendo Xi Jinping seu líder atual.

Além disso, o capítulo tem como objetivo investigar como o PCCh molda as políticas em relação aos Uigures, incluindo seus objetivos políticos e econômicos, o que ajudará a esclarecer a dinâmica subjacente a essa questão.

No início da República, o PCCh e o KMT, liderado por Sun Yat-sen, estabeleceram uma aliança contra a dominação imperial estrangeira e em prol da modernização e unificação da China. Em 1924, o PCCh foi convidado a se juntar ao KMT e muitos membros do PCCh se uniram ao KMT para trabalhar em conjunto, tendo ambos os partidos lutando formalmente juntos durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Em 1925, ocorreu o Movimento de 30 de Maio, uma manifestação popular em Xangai liderada por trabalhadores e estudantes. Esse evento foi reprimido violentamente pelas forças militares controladas pelo KMT, que era liderado por Chiang Kai-shek. O massacre de Xangai marcou uma ruptura significativa entre o KMT e o PCCh, com o PCCh percebendo que o KMT não estava comprometido com a revolução social.

O Partido Comunista Chinês foi fundado em 1921 em Xangai, com a influência do movimento comunista internacional. Os principais fundadores foram Chen Duxiu e Li Dazhao, intelectuais que buscavam uma solução para os problemas sociais da China, como a pobreza e a dominação estrangeira.

Em 1925, ocorreu o Movimento de 30 de Maio, uma manifestação popular em Xangai liderada por trabalhadores e estudantes. Esse evento foi reprimido violentamente pelas forças militares controladas pelo KMT, que era liderado por Chiang Kai-shek. O massacre de Xangai marcou uma ruptura significativa entre o KMT e o PCCh, com o PCCh percebendo que o KMT não estava comprometido com a revolução social.

Durante a Revolução Chinesa (1925-1949), o PCCh desempenhou um papel central na luta contra o governo nacionalista do Kuomintang (KMT). Dois líderes emergiram como figuras-chave nesse período, Mao Tsé-Tung, que se tornou o líder do PCC e desenvolveu uma estratégia de guerra de guerrilha que desempenhou um

papel fundamental na resistência contra o KMT. A liderança e a ideologia de Mao Tsé-Tung foram fundamentais na formação do socialismo chinês.

Após o massacre de Xangai, o PCCh concentrou seus esforços em expandir sua base de apoio nas áreas rurais. Os membros do PCCh trabalharam para organizar os camponeses e promover reformas agrárias, visando estabelecer uma base sólida no campo. Essa estratégia permitiu que o PCCh ganhasse apoio entre os camponeses, que eram a maioria da população chinesa.

Após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, a China entrou em uma guerra civil entre o PCCh e o Kuomintang (KMT), liderado por Chiang Kai-shek. Após anos de conflito, o PCCh foi vitorioso em 1949, estabelecendo a República da China e declarando a vitória da revolução comunista na China. O KMT fugiu para a ilha de Taiwan, onde fundou a República da China.

O estabelecimento da República da China e do governo do PCCh representa uma nova fase na história da China, com a implementação de políticas socialistas e o início do planejamento econômico. O PCCh estabeleceu uma ditadura, com controle estatal centralizado e um sistema de reforma social e política.

É de suma importância trazer à tona o fato de que, antes de assumir o poder na China, o Partido Comunista Chinês era a favor da independência dos povos não-chineses, porém, após conquistarem o governo da China, o entendimento acerca da questão mudou drasticamente.

Após a fundação da República Popular da China, Mao Tsé-Tung tornou-se o líder supremo do país. Durante sua liderança, ocorreram importantes eventos e políticas, incluindo o Grande Salto Adiante, um programa econômico ambicioso que visava acelerar a industrialização e modernização da China, mas resultou em uma grande fome e desastre humanitário.

Além disso, a Revolução Cultural, que ocorreu entre 1966 e 1976, foi um evento muito significativo na história chinesa, ela pode ser caracterizada como um movimento político e social que buscou eliminar elementos considerados burgueses ou contra-revolucionários na sociedade chinesa. Como produto da Revolução Cultural, podemos citar uma grande instabilidade e violência, resultando em perseguições políticas e danos à cultura e ao patrimônio. Bettina Pinheiro Martins, em sua dissertação, explora o conceito da Revolução:

“A Revolução Cultural veio como uma onda que tinha a intenção de expurgar todos os burgueses e contrarrevolucionários de dentro do Partido, do Exército e do território e, principalmente, afastando os inimigos políticos

de Mao Tsé-tung, como Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Mao sentia-se ameaçado, “como um Stalin na iminência de ser denunciado ainda vivo por um Khrushchev” [SHU, 2012, p.73]. A partir disso, surgiu no país uma onda de revolucionários ferrenhos, sobretudo jovens, que aderiram fielmente aos ensinamentos maoístas e reprimiram qualquer coisa que fosse considerada revisionista e antipartidária. Estes jovens que, conforme Carrion [2004], ainda não estavam ‘contaminados pelo revisionismo’, formaram a força principal do período, e ficaram conhecidos como guardas vermelhos.” (MARTINS, 2022)

Durante a Revolução Cultural, as escolas e universidades foram fechadas e a educação formal foi suspensa. Os jovens estudantes, organizados em grupos chamados Guardas Vermelhos, foram encorajados a denunciar figuras de autoridade, incluindo intelectuais, líderes do partido e até mesmo seus próprios pais, que eram considerados representantes da "velha ordem" e inimigos da revolução:

“Os guardas vermelhos eram, majoritariamente, alunos do ensino médio e superior dos anos de 1966-1968. Nasceram pouco antes ou depois de 1949, desde a infância, foram instruídos para odiar a velha sociedade e adorar o partido e o presidente Mao. Sob estímulo de Mao, os jovens se organizaram em pequenos grupos dos guardas vermelhos, e o movimento logo se transformou num furacão político que arrastou toda a China e colocou a nação chinesa de ponta cabeça.” (SHU, 2005)

Os Guardas Vermelhos lideraram uma campanha de violência e perseguição, realizando ataques físicos, humilhações públicas, destruição de propriedades e ações de reeducação forçada. As elites intelectuais, artistas, acadêmicos, religiosos e outros grupos foram particularmente alvo dessa violência, sendo enviados para campos de trabalho forçado ou sendo submetidos a sessões de humilhação e "reeducação" pública.

Concomitantemente, templos, artefatos históricos e obras de arte foram destruídos, e a ênfase foi dada à produção de obras de arte e literatura que refletissem as ideologias maoístas e promovessem o culto à personalidade de Mao.

As atividades produtivas foram prejudicadas, a educação foi interrompida e a estabilidade social foi abalada. A luta política interna dentro do partido se intensificou, com facções lutando pelo poder e influência. Sobre o governo de Mao, Jeffrey A. Bader expõe em seu paper “How Xi Jinping sees the World...and Why”:

“Mao’s China was weak, a desperately poor country having emerged from decades of war and occupation and a century of international humiliation. While pursuing sporadically high-risk foreign initiatives, Mao mostly wanted China to be left alone to undergo a revolutionary transformation without outside interference.” (BADER, 2016)

A Revolução Cultural chegou ao fim com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976. Seu sucessor, Deng Xiaoping, emergiu como o líder do PCC e implementou

reformas econômicas abrangentes. Suas políticas de abertura econômica e reforma transformaram a China em uma economia socialista de mercado e abriram caminho para a rápida modernização e desenvolvimento do país. Condenou o movimento e implementou uma série de reformas para reverter seus efeitos negativos, incluindo a reabertura de escolas e universidades e a reabilitação dos indivíduos perseguidos durante o período. Sobre a liderança de Deng Xiaoping frente o Partido Comunista Chinês, Bader completa:

“Deng Xiaoping initiated a domestic strategy of economic reform and opening to the outside world, especially the United States and the West. Such a strategy required foreign investment, foreign trade, foreign knowledge and technology, and foreign cooperation. With a change in attitude toward the United States came changes in Beijing’s attitude toward the entire international order that the United States dominated. During the years of Deng Xiaoping’s rule, China joined or started on the road toward joining all of the key organizations in the U.N. system that it had once denounced—not only the U.N., but the World Bank, the IMF, the Nuclear Nonproliferation Treaty and International Atomic Energy Agency, various other nonproliferation organizations aiming at suppressing development of weapons of mass destruction, the GATT/WTO, and the U.N.’s specialized agencies.” (BADER, 2016)

A Revolução Cultural deixou um legado complexo na China. Enquanto alguns defendem que o movimento alcançou uma redistribuição mais igualitária do poder e ajudou a fortalecer o comunismo no país, outros veem a Revolução Cultural como um período de caos e violência que causou danos significativos à sociedade chinesa e à cultura tradicional.

Após a morte de Deng Xiaoping, Jiang Zemin assumiu o cargo de Secretário-Geral do PCCh em 1989, se tornando presidente em 1992. Como presidente, deu continuidade às reformas e aberturas de Deng Xiaoping, sendo ele o presidente que liderou o país durante o grande crescimento econômico do início do século XX. Em 2002, transferiu gradualmente o poder para Hu Jintao.

Hu Jintao assumiu a presidência em 2003, durante seu mandato, enfatizou a necessidade de um desenvolvimento científico e harmonioso da China. Ele promoveu políticas para reduzir a desigualdade social, melhorar as condições de vida e fortalecer o sistema de bem-estar social. Hu também enfatizou a importância da estabilidade interna e da manutenção do controle do partido sobre a sociedade. Durante seu mandato, a China se tornou a segunda maior economia do mundo. Em 2012, transferiu o poder para Xi Jinping, atual presidente da China. Sobre ambos os presidentes, Bader expõe:

"The Jiang Zemin and Hu Jintao periods were eventful, coinciding with and indeed facilitating China's emergence on the world stage as a major player based on the spectacular economic growth over which they presided. But neither leader articulated a vision of China that fundamentally altered what they had inherited from Deng Xiaoping." (BADER, 2016)

O governo de Xi Jinping, desde que assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCCh) e Presidente da República Popular da China em 2012, tem sido marcado por uma série de mudanças e políticas significativas que têm impacto na China e no sistema internacional:

"The new ideas of the Xi era reflect massive changes in China's place in the international system, its economic, political, and military strength, and China's expectation that the international system would and should accommodate this transformed China." (BADER, 2016)

Uma das principais iniciativas de Xi Jinping tem sido a busca pela "Grande Revitalização da Nação Chinesa", que visa fortalecer a posição da China como uma potência global. Isso inclui o impulso para uma economia mais inovadora e sustentável, a promoção do desenvolvimento tecnológico e a busca de maior influência geopolítica.

Xi Jinping também lançou uma campanha contra a corrupção em larga escala, que visava erradicar práticas corruptas dentro do partido e do governo. Essa campanha resultou na punição de milhares de funcionários de alto escalão e representou uma demonstração de poder e autoridade de Xi Jinping.

Além disso, Xi Jinping tem liderado esforços para fortalecer o controle do partido sobre a sociedade chinesa. Isso inclui uma maior vigilância e controle sobre a internet, a mídia e a sociedade civil, principalmente em relação aos povos uigures de Xinjiang, onde o serviço de vigilância do Partido Comunista Chinês é um dos mais avançados do mundo. Ademais, houve um reforço na ideologia do partido e na promoção do socialismo com características chinesas.

No campo da política externa, Xi Jinping adotou uma postura mais assertiva, buscando expandir a influência da China globalmente. Isso inclui o lançamento da iniciativa "Belt and Road", um ambicioso projeto de infraestrutura que visa fortalecer as conexões comerciais e econômicas da China com o restante do mundo, que também pode ser chamada de "Nova Rota da Seda".

Vale ressaltar também que Xi Jinping herdou uma das maiores economias do mundo, abundantes em bons resultados comerciais, investimentos estrangeiros e exportações:

“The China that Xi Jinping took over was the second largest economy of the world, having gone through two decades of near double-digit growth. It was the world’s largest trading country. An export powerhouse, it had accumulated several trillion dollars in foreign exchange reserves (by 2015 about \$4 trillion). It was the biggest target of foreign direct investment outside the United States, and the fastest growing source of outward direct investment.” (BADER, 2016)

Porém, o governo de Xi Jinping também tem sido alvo de críticas e preocupações por questões como a falta de liberdade de expressão, violações dos direitos humanos, repressão a minorias étnicas, como os uigures em Xinjiang, e a crescente influência do Estado na economia e na sociedade.

Outro exemplo que podemos citar do *modus operandi* de Xi Jinping na China é referente à situação dos mongóis e tibetanos em relação ao Partido Comunista Chinês. Tais conflitos entre o PCCh e os povos que habitam essas regiões apresentam algumas semelhanças, mas também diferenças significativas devido às diferentes culturas, contextos históricos e geográficos desses grupos étnicos, porém, o que vale ressaltar é a abordagem do PCCh e a maneira com a qual Xi Jinping vem lidando com questões étnicas na China.

As similaridades entre uigures, mongóis e tibetanos começa em relação à repressão cultural e religiosa que o PCCh impõem. Todos os três grupos enfrentam políticas do governo chinês que reprimem suas culturas e práticas religiosas. Isso inclui a destruição de locais religiosos, restrições à língua e à educação cultural e monitoramento rigoroso das atividades religiosas.

Outra similaridade que podemos destacar é em relação à restrição da autonomia das regiões, embora o PCCh tenha criado regiões autônomas para esses grupos étnicos, a autonomia real é limitada, onde são mantidos um controle significativo sobre os assuntos políticos, econômicos e sociais dessas regiões por parte dos chineses.

A vigilância em massa desses povos também se apresenta como uma semelhança entre eles, uma vez que as três populações estão sujeitas a intensa vigilância por parte do governo chinês, incluindo câmeras de reconhecimento facial, coleta de dados biométricos e monitoramento online.

Finalmente, podemos também destacar como uma outra similaridade destes grupos étnicos a questão da assimilação forçada, uma vez que o governo chinês busca a assimilação desses grupos étnicos na cultura e na língua dominantes han, indo de encontro com a “autonomia” garantida pelo próprio Partido Comunista

Chinês, a partir da promoção do mandarim em detrimento das línguas étnicas locais, o controle da movimentação, da religião, da natalidade e do trabalho forçado.

Tais afirmações podem ser reforçadas a partir do trabalho “100 Atrocities of CCP in Tibet” divulgado pelo Tibet Bureau Geneva em 2021, que detalha a opressão do PCCh no Tibet, Turquistão, Mongólia e outros territórios e regiões autônomas dentro da China. Não por acaso, o relatório foi divulgado no centésimo aniversário do Partido Comunista Chinês como uma tentativa de expor a real situação vivida diariamente, se apresentando como um compilado das atrocidades perpetradas pelo PCCh desde 1949.

“The handbook 100 Atrocities of CCP in Tibet: A handbook on history of CCP's atrocities on its 100th Year seeks to challenge attempts of CCP to erase its violent history by tracing some of its brutal treatments in Tibet since the occupation. It aims for a strong push to make the CCP reflect on its past and ongoing policies in Tibet that have resulted in loss of countless lives, loss of culture, environment, language, religion, and centuries-old practices of nomadic life. (TIBET BUREAU GENEVA REPORT, 2021)

Ao decorrer do livro, diversas atrocidades são citadas, dentre elas, um dado perturbador que indica que mais de um milhão e duzentos mil tibetanos já morreram em decorrência da invasão chinesa do Tibet entre 1949 e 1979 (TIBET BUREAU GENEVA REPORT, P. 4). Além disso, quase seis mil monastérios foram destruídos, cento e dez mil monges torturados e mortos, representando uma destruição de cerca de 97% dos monastérios do Tibet e dezenas de milhares de tibetanos enviados à campos de trabalho forçado, ocasionando em mais de trinta e cinco mil mortes nestes campos (TIBET BUREAU GENEVA REPORT, P. 9).

A similaridade entre a atuação do PCCh em Xinjiang e no Tibet também se estende na questão dos direitos reprodutivos da mulher onde veremos no próximo capítulo que abortos forçados, esterilização e adoção de métodos contraceptivos contra a vontade são parte do *modus operandi* do Partido Comunista Chinês ao lidar com questões étnicas e culturais dentro do seu território:

“ Tibetan women were subjected to gross violations of reproductive rights. Massive forced or coerced sterilization, contraception and abortion, including late-term abortions were carried out on Tibetan women. There are also reported cases of infanticides. Witness accounts: "They injected a needle where the baby's head was. She was in labor pain for one hour. The baby was born and cried. Then it started bleeding from the nose and died...

She had the abortion because she couldn't pay the fine."- woman who witnessed abortion of her friend.

"They injected a needle in her stomach, and she gave birth. The baby was delivered and put in a bowl. The baby moved for a few minutes and then died. The baby had a hole in its head."

-A women from Phenpo witnessed a late term abortion in Phenpo in 1992 performed on a women six months pregnant. (TIBET BUREAU GENEVA REPORT, 2023)

Ao mesmo tempo, o Partido Comunista Chinês vem instalando sobre seu território, principalmente em Xinjiang, Tibet e Mongólia, sistema de vigilância de altíssima tecnologia, utilizando-se de QR codes, inteligência artificial, espionagem de telefones, câmeras de segurança, reconhecimento facial e mais. Além disso, esse controle e vigilância se estende para a coleta de DNA, amostras de voz, cor dos olhos, registros dentários, altura, rotinas e muito mais para poderem controlar todos os aspectos da vida dessas minorias. (TIBET BUREAU GENEVA REPORT, P. 40).

Logo, a própria pluralidade dessas regiões em relação à cultura han tradicional se apresenta, aos olhos do Partido Comunista Chinês, como uma ameaça para sua própria existência.

Vale ressaltar também, a existência de uma figura muito importante na cultura tibetana, Tenzin Gyatso, o 14º Dalai Lama e ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1989, justamente por sua atuação no contexto dos conflitos entre o Tibet e a China. Ele vêm se apresentando como um porta-voz de seu povo, atraindo uma atenção maior para a situação quando comparados com os povos de Xinjiang e Mongólia.

Porém, existem certas diferenças que devem ser abordadas quando comparamos mongóis, uigures e tibetanos, principalmente referente a sua localização geográfica. Os uigures se encontram concentrados na região de Xinjiang, os mongóis na Mongólia Interior e os tibetanos no Planalto Tibetano. Essas regiões têm características geográficas, culturais e políticas distintas, influenciando suas relações com o Partido Comunista Chinês.

Em relação aos mongóis, as políticas de assimilação cultural são mais intensas quando comparadas a Xinjiang e ao Tibet, principalmente na questão da adoção do mandarim como língua principal a partir do ensino nas escolas da região. Além disso, também há uma facilitação da migração de chineses han para o

território, uma prática que veremos também sendo aplicada em Xinjiang, buscando tornar os povos locais minorias em seu próprio território.

A partir das exposições presentes neste capítulo, podemos ter o embasamento teórico e o entendimento de como o PCCh se estruturou e chegou ao poder na China, analisando desde os seus membros fundadores até o seu atual chefe, Xi Jinping.

Consequentemente, exploramos as ações de cada um dos presidentes e suas principais ações e contribuições para a China moderna. Finalmente, abordamos a ascensão de Xi Jinping para buscarmos entender as motivações e o modus operandi do PCCh em Xinjiang a partir das políticas encabeçadas pelo líder chinês na região.

Capítulo 3: A questão de Xinjiang

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma exposição de dados referentes ao conflito envolvendo os uigures e o Partido Comunista Chinês em Xinjiang.

Nos últimos anos, houve relatos crescentes de violência e repressão em Xinjiang, além de acusações de abusos dos direitos humanos e da detenção generalizada de uigures pelo governo chinês. O PCCh implementou leis rígidas e medidas de controle na região, incluindo a detenção de instituições educacionais e a imposição de restrições culturais e religiosas.

O governo chinês apoiou essas ações como uma resposta “ao extremismo religioso e ao separatismo em Xinjiang”. No entanto, grupos internacionais de direitos humanos expressaram preocupação com as violações de direitos dos líderes uigures, incluindo liberdade de religião, expressão e associação.

Embora a dinastia Yuan tenha desempenhado um papel importante em trazer Xinjiang para o império chinês, o regime mongol também deixou um legado de brutalidade e autoritarismo. Esses ressentimentos históricos, juntamente com as políticas contemporâneas do PCCh, contribuíram para o aumento da violência e das violações dos direitos humanos em Xinjiang.

As ações do PCCh na região são frequentemente descritas como parte de uma estratégia de controle e integração cultural, projetada para suprimir a

identidade e a independência uigures. A comunidade internacional forçou a China a denunciar os abusos dos direitos humanos em Xinjiang, mas a resposta do governo chinês foi negar e rejeitar as críticas.

No entanto, o governo chinês defende sua política em Xinjiang como uma medida necessária para combater o terrorismo e o separatismo na região.

Ademais, Xi Jinping insiste que as ações do governo chinês em Xinjiang são uma questão de soberania nacional e que a comunidade internacional não deve interferir nos assuntos internos da China.

Podemos tomar como exemplo dessa defesa explícita da atuação do Partido Comunista em Xinjiang um discurso de Xi Jinping durante o III Simpósio Central sobre o Trabalho em Xinjiang, onde o presidente relata que China vai prosseguir o seu processo de reeducação à força da minoria uigure da província de Xinjiang.

Para o líder chinês, as políticas do PCC em Xinjiang são “completamente corretas e devem ser levadas a cabo durante muito tempo”. Xi Jinping ainda completa que “o partido no seu todo deve encarar a implementação das nossas políticas (...) para garantir que Xinjiang seguirá sempre a direção política correta”.

Xi defende explicitamente a política baseando-se nos resultados econômicos quando comparados com os divulgados no simpósio anterior, onde demonstraram um crescimento económico significativo, o aumento dos padrões de vida locais e uma melhor protecção ambiental, porém a confiabilidade destes dados, além do custo de vidas humanas para atingir esses resultados, são a verdadeira questão.

O PCCh adotou uma abordagem dura em relação aos muçulmanos em Xinjiang, incluindo a implementação de medidas de segurança rígidas, estabelecimento de campos de treinamento político e proibição de certas práticas religiosas. O governo chinês diz que essas políticas são necessárias para combater o extremismo religioso e o separatismo na região, além de utilizarem a mídia estatal para promover a imagem da China a partir de notícias falsas e exagerando a ameaça religiosa na região.

A abordagem do governo chinês foi criticada por muitos grupos de defesa dos direitos humanos e pela comunidade internacional. Muitos países e organizações internacionais como a União Europeia e as Nações Unidas pediram à China que respeitasse os direitos humanos e a liberdade religiosa em Xinjiang. Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Canadá, entre outros, expressaram

preocupação com a situação em Xinjiang e pediram à China que respeitasse os direitos humanos e a liberdade religiosa na região.

Um dos exemplos dessa preocupação que podemos citar é o caso dos Estados Unidos, que implementaram em 21/06/2022 a chamada Uyghur Forced Labor Prevention Act, uma lei que visa proibir materiais e bens ligados à província de Xinjiang. Como resultado deste esforço, foi notada nos quatro primeiros meses do ano de 2023, além disso, também houve uma queda na participação de mercado da China nas importações de roupas de algodão dos EUA, que caiu para menos de 10%:

“A indústria chinesa respondeu por apenas 17,9% das importações de vestuário dos Estados Unidos em valor (e 30,6% em quantidade). Em 2019, a China ainda representava cerca de 30% das importações de vestuário dos EUA em valor.” (GUINEBALT, 2023)

A Human Right Watch divulgou um relatório chamado “Break Their Lineage, Break Their Roots”, sobre a “Strike Hard Campaign against Violent Terrorism”, nome do programa do Partido Comunista para a sua atuação em Xinjiang:

“Research by Stanford Law School’s Human Rights & Conflict Resolution Clinic and Human Rights Watch, along with reports by human rights organizations, the media, activist groups, and others, and internal Chinese Communist Party (CCP) documents, show that the Chinese government has committed—and continues to commit—crimes against humanity against the Turkic Muslim population.” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2021)

A situação dos muçulmanos em Xinjiang tem sido discutida pela comunidade internacional e tem sido criticada pelo governo, organizações internacionais e grupos de direitos humanos, porém, ainda não há de fato um movimento expressivo em caráter internacional para lidar de maneira objetiva com a questão.

Além disso, muitos países impuseram leis contra autoridades chinesas acusadas de violações dos direitos humanos em Xinjiang, incluindo restrições de viagens e congelamento de bens.

No mesmo contexto, o Instituto Australiano de Políticas Estratégicas (ASPI) a partir de seu relatório “Uyghurs for sale” elaborado por Vicky Xiuzhong Xu, Danielle Cave, Dr. James Leibold, Kelsey Munro e Nathan Ruser que denunciou que a China construiu 380 campos de detenção para os uigures (61 construídos entre Julho de 2019 e Julho deste ano), a que chama de “reeducação”, na província de

Xinjiang, por onde estão ou já estiveram um milhão de uigures e membros de outras minorias muçulmanas do país, o Presidente da China diz que a acção do Governo é “um sucesso que a realidade demonstra”.

O relatório também denuncia uma prática preocupante do Partido Comunista Chinês que facilita o deslocamento de chineses han para Xinjiang e de saída de uigures para outras regiões da China:

“The Chinese government has facilitated the mass transfer of Uyghur and other ethnic minority citizens from the far west region of Xinjiang to factories across the country. Under conditions that strongly suggest forced labour, Uyghurs are working in factories that are in the supply chains of at least 82 well-known global brands in the technology, clothing and automotive sectors, including Apple, BMW, Gap, Huawei, Nike, Samsung, Sony and Volkswagen.” (XU, et al, 2020)

A partir dessa facilitação da migração, os chineses han tem a possibilidade de se tornarem maioria em Xinjiang, tornando os uigures uma minoria em seu próprio território:

“This report estimates that more than 80,000 Uyghurs were transferred out of Xinjiang to work in factories across China between 2017 and 2019, and some of them were sent directly from detention camps. The estimated figure is conservative and the actual figure is likely to be far higher. In factories far away from home, they typically live in segregated dormitories, undergo organised Mandarin and ideological training outside working hours, are subject to constant surveillance, and are forbidden from participating in religious observances. Numerous sources, including government documents, show that transferred workers are assigned minders and have limited freedom of movement.” (XU, et al, 2020)

Como consequência, tais empresas que estão recebendo essa mão de obra uigur poderiam se proteger e evitar a prática, como é exposto pelos autores:

“Companies using forced Uyghur labour in their supply chains could find themselves in breach of laws which prohibit the importation of goods made with forced labour or mandate disclosure of forced labour supply chain risks. The companies listed in this report should conduct immediate and thorough human rights due diligence on their factory labour in China, including robust and independent social audits and inspections. It is vital that through this process, affected workers are not exposed to any further harm, including involuntary transfers” (XU, et al, 2020)

Apesar das informações divulgadas pelas organizações de direitos humanos e das críticas internacionais, o chefe de Estado chinês não quer mudar a política, antes pretende prolongá-la por muitos anos, até conseguir apagar a identidade uigur e impedir o crescimento de qualquer foco de luta religiosa na província ocidental.

Os campos de “reeducação” chineses visam doutrinar a minoria muçulmana com os ensinamentos do partido, a sujeição de todos e cada um à vontade do Governo e do partido e a imposição da cultura han majoritária, que corresponde a cerca de 92% da população chinesa, onde também é exposto no relatório que “Chinese authorities have been actively remoulding the Muslim population in the image of China’s Han ethnic majority” (XU, ET AL, 2020), com o objetivo de atingir o “Estado de direito socialista” defendido por Xi Jinping.

Além de torturas, detenções arbitrárias e doutrinação, existem também acusações de que a política de atuação chinesa em Xinjiang incluem a esterilização contra vontade das mulheres nos campos de “reeducação”, para isso, O Estado submete regularmente mulheres de minorias étnicas a testes de gravidez e força dispositivos intrauterinos (DIU), esterilizações e até abortos em centenas de milhares, logo podemos traçar um paralelo com a política de controlo de corpos de Achille Mbembe.

Nos moldes de Mbembe, a política de morte seria o Estado utilizar seu aparato governamental para decidir quem deve viver ou morrer. Já no caso chinês, a lógica seria que ao invés de escolher quem deve viver ou morrer, a China está escolhendo quem deve nascer ou não.

Tais acusações são baseadas em quedas de natalidades abruptas nas região de Xinjiang coletadas pela Associated Press. Foram analisadas estatísticas que revelam uma prática sistemática para reduzir a natalidade entre chineses muçulmanos em Xinjiang, ao mesmo tempo que incentiva os chineses han terem mais filhos, onde especialistas consideram este fato como um “genocídio demográfico” a partir de uma esterilização etnicamente direcionada.

A partir deste exemplo, podemos ter uma clara demonstração da aplicação do conceito de controle de corpos de Mbembe, visto o controle de natalidade aplicado pelo PCCh, ao mesmo tempo em que vemos a questão da identidade de Martinazzo, uma vez que Xi Jinping trabalha ativamente para encerrar a identidade uigur a partir da “educação” e do apagamento cultural, mirando uma assimilação forçada dos uigures.

Outro ponto fundamental e preocupante que devemos citar também é a falta de solidariedade de outros países muçulmanos com a população uigur. Não houveram condenações diretas ou significativas por parte destes países pelas atitudes conduzidas pela China. O Irã e a Arábia Saudita, grandes defensores do

islã no mundo, não se manifestaram em relação aos ocorridos, o que claramente representa uma questão de “dois pesos, duas medidas”. Segundo Guga Chacra, tal posicionamento pode ter relação com a grande força econômica chinesa:

“A diferença é explicada pela gigantesca força econômica da China. Estas nações simplesmente não podem bater de frente com os chineses. O poderio de Pequim supera o americano. O Irã, por exemplo, sabe que, se reclamar com os chineses, certamente sofrerá graves consequências econômicas. Pode até sobreviver às sanções dos EUA, mas não a um boicote chinês.” (CHACRA, 2021)

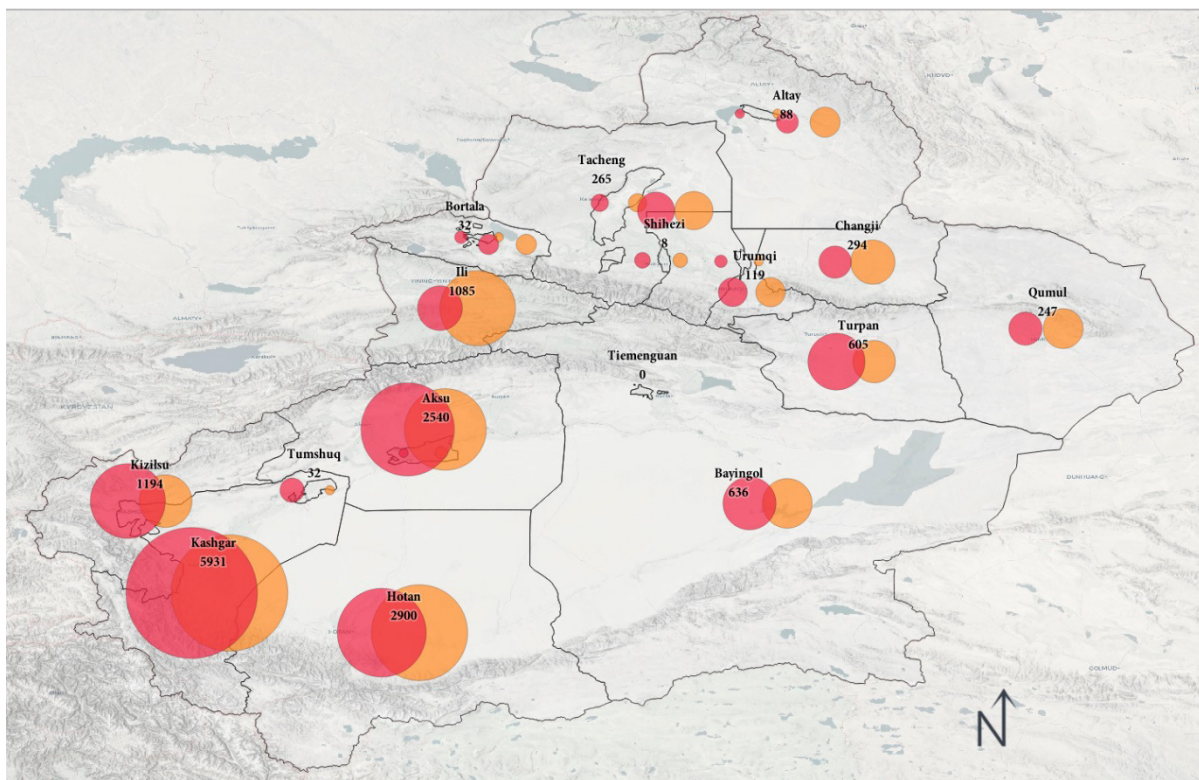
Nathan Ruser expõem em sua publicação “*Cultural Erasure: tracing the destruction of Uyghur and Islamic spaces in Xinjiang*” que o governo chinês embarcou em uma campanha sistemática e intencional de reescrever a herança cultural da região autônoma uigur de Xinjiang. Ademais, o autor completa:

“It’s seeking to erode and redefine the culture of the Uyghurs and other Turkic-speaking communities—stripping away any Islamic, transnational or autonomous elements—in order to render those indigenous cultural traditions subservient to the ‘Chinese nation’.” (RUSER, et al, 2020)

Ruser também expõe mais uma faceta do *modus operandi* chinês na questão do apagamento da identidade uigur, desta vez, se dando a partir da destruição de mesquitas no território de Xinjiang:

“Using satellite imagery, we estimate that approximately 16,000 mosques in Xinjiang (65% of the total) have been destroyed or damaged as a result of government policies, mostly since 2017. An estimated 8,500 have been demolished outright, and, for the most part, the land on which those razed mosques once sat remains vacant. A further 30% of important Islamic sacred sites (shrines, cemeteries and pilgrimage routes, including many protected under Chinese law) have been demolished across Xinjiang, mostly since 2017, and an additional 28% have been damaged or altered in some way.” (RUSER, et al, 2020)

No infográfico abaixo, podemos ver detalhadamente o número de mesquitas destruídas ou danificadas na região de Xinjiang, corroborando com a exposição de Ruser:



Fonte: ASPI ICPC.

Em suma, o presente capítulo teve como objetivo analisar o modus operandi do Partido Comunista Chinês na região de Xinjiang, versando sobre como as suas atitudes se apresentam como ameaças perante à identidade e ao controle de corpos dos uigures, corroborando com os mesmos termos elaborados por Martinazzo e Mbembe.

Além disso, também foram expostas questões sobre a migração forçada dos uigures para outras regiões da China para trabalho forçado, junto com uma política de facilitação da migração de chineses han para a região, visando diminuir a quantidade de uigures em Xinjiang e torná-los minoria em seu próprio território, onde ambas atitudes também corroboram com a questão da assimilação forçada que é propaganda pelo PCCh. Concomitante a isso, também temos a questão do controle de natalidade entre mulheres uigures, a partir de esterilização e implantação de métodos contraceptivos à força, o que reforça ainda mais o argumento do controle de corpos praticado por Xi Jinping.

Conclusão

A partir da exposição presente neste trabalho, buscou-se conscientizar e expor a situação dos uigures chineses, analisando a dinâmica da formação da China como país durante o império e suas dinastias.

Foi também descrito o contexto da formação do Partido Comunista Chinês até a ascensão de Xi Jinping, versando sobre diversos acontecimentos durante o século XX que corroboram com a formação da China que conhecemos hoje.

Finalmente, foi explorada a questão dos uigures em Xinjiang a partir de relatos e testemunhos com o objetivo de expor a real situação que ocorre na região, diferente daquilo que é exposto pelo governo chinês e alertar sobre a necessidade urgente de serem tomadas atitudes que poderiam levar à resolução da questão.

Isso se apresenta como claro uma vez que existe um objetivo explícito por parte do Partido Comunista Chinês de apagar qualquer tipo de cultura ou memória relacionada aos uigures, uma vez que ela pratica o controle de corpos a partir do controle de natalidade e a impossibilitação de mulheres uigures engravidarem, além de atuar ativamente em um movimento de levar chineses han para Xinjiang com o objetivo de tornar os uigures uma minoria em seu próprio território, atacando principalmente a identidade do povo uigur.

Concomitantemente, também deve ser ressaltada a falta de solidariedade por parte dos países muçulmanos na região, que aparentemente, viraram às costas para o que ocorre em Xinjiang. Uma das possíveis justificativas é que estes países não querem criar algum tipo de conflito ou indisposição com a China devido à sua grande importância comercial e econômica para estes países da região, sendo ela o maior parceiro comercial para a grande maioria deles.

Porém, a falta de empatia por parte de outros países islâmicos, aliada à perseguição, aos abusos, à vigilância e as destruições de milhares de mesquitas por parte do Partido Comunista Chinês, prova, mais uma vez, que o que de fato rege o sistema internacional são os fluxos econômico-comerciais, e as temáticas de direitos humanos são deslocadas para um segundo plano.

Por fim, serão expostas algumas soluções, umas mais plausíveis que outras, que podem eventualmente reduzir ou até mesmo encerrar os planos de controle e exploração da região por parte de Xi Jinping.

Entre tais atitudes, o diálogo e a negociação entre o governo chinês e os representantes das comunidades muçulmanas em Xinjiang, mesmo que improvável,

podem ajudar a reduzir as tensões e encontrar soluções pacíficas para questões de conflito. Isso pode incluir a aceitação da expressão cultural e religiosa dos muçulmanos, bem como a proteção de seus direitos humanos. Além disso, apoiar a liberdade religiosa dos muçulmanos em Xinjiang pode ajudar a reduzir as tensões e promover maior tolerância entre os grupos étnicos e religiosos da região, porém esta alternativa também se apresenta como difícil, pois, não havendo qualquer tipo de esforço em nível internacional para lidar com essa questão, dificilmente haverá uma possibilidade de negociação entre o governo central chinês e os uigures, sendo o cenário mais provável uma acentuação do conflito por parte de Xi Jinping e o Partido Comunista Chinês.

O desenvolvimento econômico da região pode se apresentar como uma alternativa, porém, também seriam necessários dar motivos plausíveis para convencer a China a investir economicamente no noroeste, uma vez que 95% da população, além de todos os grandes centros econômicos chineses, se encontra no sudeste do país. Porém, investir no desenvolvimento econômico e de infraestrutura em Xinjiang pode ajudar a melhorar as condições sociais das comunidades muçulmanas, reduzindo assim as tensões e promovendo maiores laços inter-étnicos e religiosos.

Outra possibilidade para encerramento do conflito seria a disponibilidade e o acesso à educação, mas novamente, deveriam ser apresentados incentivos para que o PCCh disponibilizasse uma educação, diferente daquela “educação” oferecida pelo Partido atualmente, focada em doutrinar os uigures a serem chineses nos moldes de Xi Jinping. Garantir que as comunidades muçulmanas em Xinjiang tenham acesso à educação de qualidade e, como consequência disso, ajudar a promover a compreensão cultural pode reduzir as tensões étnicas e religiosas entre chineses e uigures.

Por fim, uma outra alternativa que podemos trazer seria a partir de um monitoramento internacional, o que entendemos como uma das alternativas mais plausíveis, com a permissão de que monitores internacionais entrem na região de Xinjiang para avaliar a situação e garantir a proteção dos direitos humanos para todos os grupos étnicos e religiosos da região, esse pode talvez ser o caminho que leve ao fim da repressão na região, uma vez que a permissão para tais visitar de monitores possa ser uma condição para a não-implementação de sanções econômicas, por exemplo. Essas soluções podem ajudar a promover a paz, a

tolerância e a estabilidade em Xinjiang, mas exigirão forte comprometimento e esforços coordenados de todas as partes envolvidas no conflito, principalmente das grandes organizações mundiais como ONU e UNESCO.

Referências Bibliográficas

1. ALLEN, V. Esterilização, choques e lavagem cerebral: Como o Partido Comunista Chinês extermina os uigures. Gazeta do Povo, 2023. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/esterilizacao-choques-e-lavagem-cerebral-como-o-partido-comunista-chines-extermina-os-uigures/>>. Acesso em 03 mai. 2023.
2. Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris.
3. BADER, J. A. "How Xi Jinping Sees the World and Why" ASIA Working Group, Paper 2, 2016. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/xi_jinping_worldview_bader.pdf>. Acesso em 22 de jun. 2023.
4. CARRION, Raul K. M.. "A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós Revolução Cultural". Monografia. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.raulcarrion.com.br/Monografia_Socialismo_China.pdf>. Acesso em 22 de jun. 2023.
5. CHACRA, G. "Por que países de maioria islâmica não condenam a China?" O Globo, 2021. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/guga-chacra/post/por-que-paises-de-maioria-islamica-na-o-condenam-china.html>>. Acesso em 22 de jun. 2023.
6. Custer, S., Sethi, T., Solis, J., Lin, J., Ghose, S., Gupta, A., Knight, R., and A. Baehr. (2019). Silk Road Diplomacy: Deconstructing Beijing's toolkit to influence South and Central Asia. December 10, 2019. Williamsburg, VA. AidData at William & Mary.
7. G1. "Província dos muçulmanos uigures já foi reino e república vizinhos à China" Disponível em: <<https://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1222989-16107,00-PROVINCIA+DOS+MUCULMANOS+UIGURES+JA+FOI+REINO+E+REPUBLICA+VIZINHOS+A+CHINA.html>>. Acesso em 21 de jun. 2023.
8. GALACHE, B. C. "A China está cometendo genocídio contra o povo uigur?" Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <<http://petrel.unb.br/destaques/174-a-china-esta-cometendo-genocidio-contra-o-povo-uigur>>. Acesso em 20 de jun. 2023.
9. GUINEBALT, M. "Uigures: os efeitos das restrições dos EUA nas importações de roupas da China" Fashion Network, 2023. Disponível em: <<https://br.fashionnetwork.com/news/Uigures-os-efeitos-das-restricoes-dos-eua-nas-importacoes-de-roupas-da-china,1526012.html#prada>>. Acesso em 09 de out. 2023.
10. HUMAN RIGHTS WATCH. "Break Their Lineage, Break Their Roots". Human Rights Watch, 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2021/04/19/break-their-lineage-break-their-roots/chinas-crime-s-against-humanity-targeting>>. Acesso em 22 de jun. 2023.

11. MARTINAZZO, C. "Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária" Editora Unijuí, Contexto & Educação, nº 84. Dezembro, 2010.
12. MARTINS, B. P. "A outra metade do céu: gênero e relações de poder na Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)" Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:<<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/18845/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bettina%20Pinheiro%20Martins%20-%202022%20-%20Completo.pdf>>. Acesso em 22 de jun. 2023.
13. MBEMBE, A. "Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte" 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
14. RUSER, N ; et al. "*Cultural erasure: tracing the destruction of Uyghur and Islamic spaces in Xinjiang*" ASPI International Cyber Policy Centre. Setembro, 2020.
15. SHU, Chang-sheng. A História da China Popular no Século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
16. SHU, C. "Interações entre Mao e os Guardas Vermelhos na Revolução Cultural" Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9, núm. 3, 2005, pp. 137-166 Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005. Disponível em:<https://www.academia.edu/89021329/Intera%C3%A7%C3%B5es_entre_Mao_e_os_guardas_vermelhos_na_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Cultural>. Acesso em 22 de jun. 2023.
17. TIBET BUREAU GENEVA REPORT. "100 Atrocities of CCP in Tibet: a handbook on history of CCP's atrocities on its 100th Year" Tibet Bureau Geneva, 2021. Disponível em:<<https://www.tibetoffice.ch/wp-content/uploads/2017/11/100-Atrocities.pdf>>. Acesso em 09 out. 2023.
18. Weatherhead East Asia Institute. "China: Timeline of Historical Periods" Columbia University. Disponível em:<http://afe.easia.columbia.edu/timelines/china_timeline.htm>. Acesso em 21 de jun. 2023.